

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 006

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 001ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE FEVEREIRO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Cesar Seleme.

Às doze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Aparecido Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Não há Ata para ser lida.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 179**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º, do Regimento Interno,

REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 184**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário votação em bloco, dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, constantes da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, consultamos o jornalista Jamur Júnior...

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, devido ao adiantado da hora, e entendendo que hoje a sessão está bastante carregada na sua pauta, ele agradece e abre mão de usar da tribuna. Mas, está sensibilizado e agradecido a esta Casa pela solidariedade aqui encontrada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor de deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 0029/95, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 125/95, de autoria do deputado Cesar Seleme, que cria o programa de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiências "Cidade para Todos". COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 147/95

Curitiba, 19.07.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 076/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 125/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação de “programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: “Cidade para Todos”, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada que receberá incentivos fiscais para tanto.”

Embora reconhecido o meritório conteúdo do plano de lei em exame, o mesmo não pôde ser acolhido, por inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente o disposto no artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Magna Carta, onde há vedação à concessão dos pretendidos incentivos fiscais, com os quais seria dado suporte financeiro ao almejado programa.

Melhor detalhando os aspectos impeditivos da adoção da medida, é adiante transcrito o Ofício nº 297/95, da Secretaria de Estado da Fazenda:

“Encaminhamos cópia do Parecer IGT 302/95, que traduz o pensamento desta Pasta sobre o Projeto de Lei nº 125/95, sobre o seu aspecto legal.

Não obstante referido parecer analise incentivo fiscal previsto no projeto de lei em questão sob a ótica exclusiva do ICMS, há que se compreender que no IPVA e no ITCMD não restariam condições que pudessem favorecer a desejada máxima extensão de tal benefício, porquanto são impostos de restrita incidência, como também, a propósito, o próprio ICMS não alcança as empresas prestadoras de serviços.

Em complemento ainda aquele Parecer, deve-se entender que incentivo dessa espécie estaria absolutamente deslocado a nível de tributo estadual, porquanto significando renúncia fiscal, exigiria toda uma estrutura de controle à distância, capaz de prevenir e reprimir os abusos que eventualmente pudessem ser praticados pelos contribuintes, o que, ressalve-se, não é incomum nessas concessões governamentais, controle esse que necessariamente envolveria as Prefeituras, através de suas áreas de controles técnicos de obras, reparos ou restaurações físicas de imóveis do setor privado ou público, ruas, logradouros, etc, custeados, total ou parcialmente, pelos contribuintes, os beneficiários do incentivo proposto.

Ante o exposto, sugere-se que o senhor governador vete o referido projeto de lei, mas, como alternativa aos nobres propósitos desse projeto, institua, através da Famepar, um benefício aos municípios que adotem providências que estimulem os propósitos nele visado, pois, como já disse, eles têm todas as condições ideais de efetivamente controlar diretamente as remoções físicas de

barreiras arquitetônicas em seu território, o que, repita-se, não está afeto ao Estado.

Acrescente-se ainda, que conveniado o município com a Famepar, com esse objetivo, ficarão, além dos contribuintes do IPTU, também as empresas prestadoras de serviços, contribuintes do ISS passíveis de benefício municipal, desde que estas estão fora da incidência do ICMS. Com essa medida alcança-se o setor bancário e securitário, profissionais liberais e outros, exemplificadamente, como potenciais colaboradores da administração municipal para a consecução de tão nobre objetivo.

Somos assim pelo veto do Projeto de Lei nº 125/95, com o simultâneo anúncio do processo alternativo via Famepar, com o mesmo objetivo.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 125/95 foi publicado no D.A. nº 38, de 24.04.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 125/95

P A R E C E R :

Pelos Ofícios nºs 304/95 de 04.09.95 e nº 348/95 de 17.10.95 do senhor presidente da Casa, confirma que o Veto foi apresentado exatamente dentro do prazo legal, por esta razão entendemos que o mesmo está em condições de ter seu trâmite normal para apreciação do Plenário.

Este é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 041/95, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 107/95, de autoria do deputado Carlos Simões, que estabelece normas de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 236/95

Curitiba, 13.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 254/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto

no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 125/95, por julgá-lo inconstitucional e, pela forma como está posto e redigido, contrário aos superiores interesses públicos.

Dispõe o autógrafo sobre a “Política Estadual de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”. A arguição de inconstitucionalidade é feita em razão de ferir o preceito contido no artigo 66, inciso IV, da Carta Estadual, que confere ao chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, o projeto de lei em referência contraria aos superiores interesses da administração, porque, pela forma como está redigido, inclusive com falhas de remissões, torna-se de difícil exequibilidade.

Ademais, é oportuno e necessário lembrar a existência da Lei nº 7.875, de 02 de julho de 1984, dispondo sobre a “ação social do Estado no que respeita à Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração das pessoas com deficiência”. Com base em tal lei, o Poder Executivo, através de órgãos de sua estrutura básica, vem dando atendimento satisfatório às pessoas portadoras de deficiência. Disso conclui-se também, ser desnecessária a medida consubstanciada no projeto de lei ora vetado. Melhor ilustrando os motivos desta negativa de sanção, é feita anexação de cópia de pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral sobre o assunto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) Jaime Lerner  
Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 107/95, foi publicado no D.A. nº 34, de 19.04.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 41/95  
VETO AO PROJETO DE LEI Nº 107/95

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 107/95, de autoria do deputado Carlos Simões, que pretende estabelecer normas de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, criando o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dando outras providências.

O veto apostado ao projeto de lei em exame fundamenta-se no preceito contido no artigo 66-IV da Constituição Estadual, alegando ainda que o mencionado projeto contraria interesses superiores da administração.

A análise constitucional e regimental da proposição em epígrafe demonstrou que a mesma atende aos pra-

zos e procedimentos exigidos, tornando-a em condições de ser submetida à apreciação do Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

**ITEM 03**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 510/95, de autoria do deputado Joel Coimbra, que altera os §§ 2º, 3º e 4º do artigo 12 da Lei nº 9.887, de 30.12.95 (Funcionários - Professores). COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 003/96

Curitiba, 10.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 319/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 510/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação dos §§ 2º, 3º e 4º, do artigo 12, da Lei nº 9.887, de 30 de dezembro de 1991.

Os dispositivos cuja alteração é pretendida, versam sobre vantagem pecuniárias a integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado e aos docentes inativos que tenham requerido aposentadoria protocolada até 30 de dezembro de 1991, sendo que as modificações almejadas viriam estender tais vantagens de forma extremamente onerosa ao erário, pelos efeitos retroativos que ensejariam caso fossem acolhidas.

O Veto apostado ao projeto de lei em referência decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, porque afronta os mandamentos contidos no art. 66, incisos I e II da Carta Estadual, os quais conferem ao chefe do Poder Executivo a competência privativa para a iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico ou que aumentem sua remuneração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**(O projeto de Lei nº 510/95 foi publicado no D.A. nº 167, de 27.11.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 040/96  
PROJETO DE LEI Nº 510/95

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em tela, altera os §§ 2º e 4º, do artigo 12, da Lei nº 9.887, de 30.12.95.

Analisando o Veto governamental em epígrafe, o mesmo foi devolvido em tempo hábil e encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o Relatório.

Sala das Comissões, em 27.02.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

**ITEM 04**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 062/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 512/95, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o governo estadual a doar o terreno nº 5, de quadra 16 e terreno nº 16, quadra nº 26 da planta geral do município de Tapira, para a prefeitura daquele município. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 192/96

Curitiba, 16 de julho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 134/96, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 512/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Tapira, os terrenos que especifica, situado na sede do referido município.

O Plano de Lei em causa não pôde ser acolhido pelo fato de que os referidos imóveis poderão vir a ser ocupados pelo Estado, para a instalação de órgãos de sua própria administração, não sendo, portanto, conveniente, nem tampouco oportuna, a pretendida doação.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 512/95 foi publ. no DA 168, de 28.11.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO AO VETO Nº 062/96

**P A R E C E R :**

A presente proposição-veto, de autoria do Poder executivo, veta o Projeto de Lei nº 512/95, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar o terreno nº 05, quadra nº 16, o terreno nº 16, quadra nº 26 da Planta Geral do município de Tapira - Paraná, para a prefeitura daquele município.

Da análise legal, regimental e constitucional, a presente Proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável a encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

**ITEM 05**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 065/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 116/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação do sistema, organização, composição e competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 189/96

Curitiba, 16 de julho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que sancionei o Projeto de Lei nº 116/96, dessa Augusta Assembléia Legislativa, disciplinador da criação e estrutura do Sistema Estadual de Juizados Especiais, com os seguintes vetos:

1 - Parágrafo Único do Artigo 4º;

2 - § 2º do Artigo 8º;

3 - § 4º do Artigo 9º; e

4 - Parágrafo Único do Artigo 13.

**Razões dos Vetos**

1 - Os membros relacionados nos incisos IV a VII do artigo 4º só podem ser indicados pelo Presidente do Poder Judiciário, nunca pelo Conselho da Magistratura, sob pena de ser quebrada a sistemática da nova legislação, pois este Conselho, o da Magistratura, é órgão de segundo grau, que inexistente nos Juizados Especiais. Ainda, dito Conselho da Magistratura se reúne de quinze em quinze dias, o que dificultaria a pronta designação de tais membros e, de conseqüência, contrariaria os princípios que norteiam os Juizados Especiais, entre eles o da celeridade.

2 - O § 2º do artigo 8º deve ser suprimido porque a sua manutenção inviabiliza o funcionamento dos Juizados Especiais, por isso que acarreta ônus financeiro insuportável ao Tesouro do Estado com o pagamento "pro

labore” dos Conciliadores e Juízes Leigos. É que no Paraná serão necessários, ao todo, mais de 2.000 Conciliadores e Juízes Leigos. Apenas para raciocinar, se o pagamento “pro labore” de cada um atingir R\$500,00 mensais, o Estado terá que desembolsar a quantia astronômica de R\$12.000.000,00. O trabalho voluntário para o serviço gratuito, só honorífico, será estimulado com a atribuição de pontos nos concursos para todos os órgãos do Poder Judiciário àqueles que servirem como Conciliadores e Juízes Leigos, fato este que atrairá os acadêmicos de direito e estagiários das Escolas da Magistratura, bem como integrantes de outras atividades culturais, a prestarem serviço a título honorífico, isto é sem remuneração e vínculo com o Estado, como já acontece nos Estado de São Paulo e Minas Gerais. cabe, aqui, transcrever o que disse a professora Ada Pellegrini Grinover “in” Comentários à Lei nº 9.099, de 26.09.95 - edição 95, revista dos Tribunais, textualmente:

“Vale a pena ressaltar que no Estado de São Paulo, onde os Conciliadores nos Juizados Cíveis foram honorários, a experiência deu certo, contrariando as previsões dos pessimistas no sentido de que seria utópico contar com o trabalho dos voluntários”.

No mesmo sentido é a sétima conclusão da comissão nacional de interpretação da Lei nº 9.099 de 1995:

“Sétima conclusão: a função dos Conciliadores e Juízes Leigos será considerada de relevante caráter público, vedada a remuneração”.

3 - A supressão do parágrafo 4º do artigo 9º se justifica pelo fato de ser ainda controvertido o caráter da competência dos Juízos Especiais Cíveis: se absoluta ou relativa. A opção só cabe na relativa, de forma que se a jurisprudência, futuramente, ou o direito o positivo, firmar tal competência como absoluta, a opção não pode ser feita.

4 - Por final, deve também ser suprimido o parágrafo único do artigo 13, inserido posteriormente à proposta do Tribunal, porque nada tem este parágrafo a ver com o “caput” do artigo. Além disso, aqui também a inclusão do Conselho da Magistratura foge do Sistema, pois lhe falece competência para deliberar sobre essa questão, conforma o artigo 17 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 065/96

P A R E C E R :

A presente proposição - veto, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação do Sistema, Organização, Composição e Competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Da análise legal, regimental e constitucional, a presente Proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável a encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

## ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 023/97, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 247/95, de autoria do deputado Emerson Nerone, que dispõe sobre o Transporte Gratuito dos Portadores de Deficiência em Linhas de Transporte Intermunicipal. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 266/97

Curitiba, 01 de dezembro de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 302/97, dessa presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente o Projeto de Lei nº 247/95, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo assegurar transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal, quando os mesmos estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou de capacitação profissional, mediante a apresentação de atestado médico e encaminhamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, que atestarão o estado de carência do beneficiário. O veto parcial aposto incidiu sobre o artigo 7º e seu Parágrafo Único.

A negativa de sanção do referido artigo 7º e a seu Parágrafo Único, não constitui obstáculos ao benefício a que é centrada a medida, qual seja assegurar, nas condições que menciona, transporte gratuito a deficientes nas linhas de transporte intermunicipal, mas, decorre, tão somente, do fato de que as empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal, dificilmente teriam condições para procederem, no prazo estipulado, as preconizadas adaptações nos veículos, o que poderia ensejar, conforme é previsto, rescisão das respectivas concessões, com prejuízos, em última análise, aos próprios usuários. Tais procedimentos (adaptação da frota para acomodação de deficientes) demanda detalhados estudos, não só junto às empresas de transporte, mas, também, com fabricantes de carrocerias e órgãos técnicos.

Por outro lado, vale destacar o disposto no artigo 9º, do presente projeto de lei que, conferindo ao chefe do Poder Executivo a faculdade de regulamentar

a lei em 60 (sessenta) dias, possibilitará condições no sentido da adoção de quaisquer definições consideradas essenciais à execução da medida, desde que com ela compatíveis.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a)JAIME LERNER  
Governador do Estado

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 023/97**

**P A R E C E R :**

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 247/95, de autoria do deputado Emerson Nerone (Poder Executivo), que dispõe sobre o transporte gratuito dos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

**ITEM 07**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 004/98, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 549/97, de autoria do deputado Edson Silva Lino, que objetiva doar à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, o imóvel situado no município de Borrazópolis. **COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 106/98

Curitiba, 11.03.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 416/97, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 549/97, porque contraria o interesse público, em face da cláusula resolutiva de utilização para finalidade certa do imóvel pretendido, constante da respectiva escritura de doação, feita ao Estado do município de Borrazópolis.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 549/97 foi publicado no D.A. nº 171, de 14.10.97).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 04/98**

**P A R E C E R :**

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 549/97, de autoria do deputado Edno Silva Lino, que tem por objetivo doar a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, o imóvel situado no município de Borrazópolis - PR.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

**ITEM 08**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 008/98, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 494/97, de autoria do deputado Reny Borsatto, que denomina rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da rodovia PR-431, que liga os municípios de Ribeirão Claro e Jacarézinho. **COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 148/98

Curitiba, 29.04.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 001/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 494/97, pelo simples fato de que o trecho rodoviário em referência já tem denominação dada pela Lei nº 8.588, de 22.10.87.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 494/97 foi publicado no D.A. nº 160, de 30.09.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 08/98

**P A R E C E R :**

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 494/97, de autoria do deputado Reny Borsatto, que tem por objetivo vetar o projeto de lei que denomina rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da rodovia PR-431, que liga os municípios de Ribeirão Claro e Jacarezinho.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito que o senhor 1º Secretário proceda a chamada nominal dos senhores deputados, para votação.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Sugiro aos nobres deputados, senhor presidente desta Casa, para que votem SIM pela manutenção dos Vetos, haja visto que vamos votar-los em bloco e são todos Vetos de 95, 96 e não se justifica, em hipótese alguma, a derrubada dos mesmos.

Então, que os nobres deputados votem SIM, pela manutenção dos Vetos.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, vou reiterar, mais uma vez, a nossa posição já reiterada nesta Casa, de que é anti-regimental, na verdade, a aprovação em bloco dos Vetos. Todavia, como são Vetos de há quatro, cinco anos atrás e seus objetivos, a grande maioria deles já foi ultrapassado ou alcançado, vamos concordar que esses Vetos, excepcionalmente, seja votados em bloco.

Agora, quando houver matérias atuais, não vamos nos manifestar favoráveis à votação de Vetos em bloco.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)**

Votaram 36 (trinta e seis) senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Comissão escrutinadora: Nelson Garcia, Luiz Carlos Zuk e Beraldin.

**(Pausa para a contagem dos votos)**

36 (trinta e seis) senhores deputados votaram, sendo que 28 (vinte e oito) pela derrubada dos vetos, e 08 (oito) pela manutenção dos vetos.

**Estão derrubados os vetos e mantidos os projetos.**

**ITEM 09**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 005/2001, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 006/2001, que dispõe sobre a redistribuição da quota estadual do Salário Educação entre o Estado e seus municípios, de que trata o artigo 15, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI Nº 005/2001**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - A quota estadual do Salário Educação de que trata o artigo 15, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que corresponde a 2/3 do montante de recursos arrecadados pelo Estado, será destinada exclusivamente ao ensino fundamental público e na valorização de seu magistério, redistribuída entre o Estado e os municípios, de acordo com os critérios dispostos nesta lei.

Art. 2º - Do total da quota estadual do Salário Educação, cinquenta por cento será redistribuída entre o Estado e municípios proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino.

§ 1º - Para efeito dos cálculos da proporção prevista no *caput* deste artigo, serão consideradas unicamente as matrículas da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental, nas modalidades regular, supletivo presencial e especial, de acordo com os dados do censo educacional, realizado pelo Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial da União, do ano anterior ao exercício fiscal da execução dos recursos.

§ 2º - Os municípios que ainda não tiveram implantado a totalidade do processo de municipalização das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, até 180 dias após a promulgação desta lei, deverão apresentar, à apreciação da Secretaria de Estado da Educação, projeto de totalização da municipalização, incluindo termos e cronogramas de implementação. A não apresentação do referido projeto, implicará em sanções administrativas, penais e outras normas relativas à contribuições sociais e as penalidades previstas nesta lei.

§ 3º - Após a realização do censo educacional, a eventual transferência de alunos da rede estadual para a municipal e vice-versa, decorrente de processo de municipalização do Ensino Fundamental, implicará em adequação à distribuição prevista nesta lei, levando-se em



consideração para tanto o censo educacional do ano anterior ao exercício fiscal da execução dos recursos, conforme dispõe o Art. 2º *caput* e 1º desta lei.

Art. 3º - Para recebimento das parcelas do Salário Educação, os municípios deverão comprovar, até o dia 15 do mês de janeiro de cada ano, junto a Secretaria de Estado da Educação:

I - existência e vigência do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério;

II - cumprimento no disposto do artigo 212 da Constituição Federal;

III - existência de conta única e específica aberta para crédito dos recursos de que trata a presente lei;

IV - previsão orçamentária municipal.

§ 1º - A comprovação mencionada no *caput* deste artigo, para o primeiro ano de vigência desta lei, deverá ser feita em até 90 dias da data de sua promulgação.

§ 2º - A quota do Salário Educação será automaticamente repassada ao município, em conta especificamente aberta para esse fim, até dez dias do creditamento em favor do Estado.

Art. 4º - As receitas e despesas realizadas com o Salário Educação, serão incluídas nos relatórios e balanços dos municípios, obedecendo as normas constitucionais estabelecidas para as demais contribuições sociais.

Art. 5º - As disponibilidades financeiras dos recursos transferidos aos municípios poderão ser aplicados por intermédio de instituição financeira oficial, e o produto resultante das aplicações financeiras será destinado exclusivamente ao ensino fundamental, nas modalidades previstas nesta lei.

Art. 6º - Os recursos previstos nesta lei serão aplicados em programas, projetos e ações do ensino fundamental regular, supletivo presencial e especial, destinando-se exclusivamente:

I - a implantação e manutenção de programas de transporte escolar;

II - ao aperfeiçoamento dos profissionais da área;

III - à construção, conservação e reforma de prédios escolares e à aquisição e manutenção de seus equipamentos escolares;

IV - à produção e aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, professores e da escola;

V - a estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino e aprendizagem.

Art. 7º - O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos municípios, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º - A utilização indevida dos recursos do Salário Educação, bem como, a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta lei, implicará na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional necessário à implementação desta lei, utilizando as formas previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10 - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) PODER EXECUTIVO

## ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/2001, de autoria dos deputados Caíto Quintana e Luiz Carlos Zuk, que prorroga o prazo definido na Resolução nº 10/2000 para apresentação das emendas de revisão constitucional, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

## O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Sobre o mesa, Requerimento nº 179, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.